



Miguel Baltazar

REN investe 43 milhões na compra de 1% da Enagás e posição já valorizou 8,96%

A REN – Redes Energéticas Nacionais investiu 43,17 milhões de euros na aquisição de 1% da Enagás desde Janeiro deste ano, cumprindo assim a sua parte no acordo entre as empresas ibéricas para uma troca de participações.

José Penedos revelou ao Jornal de Negócios que a empresa que lidera adquiriu 2,388 milhões de acções da empresa que gere o transporte de gás em Espanha a um preço médio de 18,08 euros por acção. Considerando o preço de fecho da Enagás na última sexta-feira – 19,70 euros –, esta aposta da REN está já com uma valorização de 8,96% e as mesmas 2,388 milhões de acções valiam, sexta-feira, 47,04 milhões de euros, dando já ao investimento da REN uma mais-valia potencial de 3,86 milhões de euros.

O acordo de troca de participações entre estas empresas surgiu no âmbito da criação do mercado ibérico de gás (Mibgás) e, à imagem do acordo entre a REN e a sua

congénere espanhola REE, a empresa portuguesa fica com 1% da Enagás que, por sua vez, poderá ter entre 3% e 5% da REN. A entrada dos espanhóis no capital da portuguesa não tem, porém, data definida. O adiamento da segunda fase da privatização da REN vai obrigar a Enagás a ir ao mercado para obter a sua participação.

“Não há disponibilidade de venda de capital de outra maneira”, admitiu José Penedos ao JdN, sublinhando que a empresa de transporte de gás espanhola “vai ter de entrar pelo mercado”, algo que, espera o líder da REN, “tenha um bom efeito nas acções”. Sobre a colocação de um representante na administração da Enagás, Penedos apontou que tal deverá acontecer “assim que a Enagás começar a comprar capital da REN”.

Já a entrada de um representante da REE na administração da REN deverá ocorrer já em Maio, aquando da assembleia geral da empresa portuguesa. **CF/FPC**

Pinho garante aumentos de tarifas inferiores a 1%

Os valores estavam fixados mas o acordo, que devia ter ficado fechado em Janeiro, acabou por levar mais dois meses a ser assinado. Apesar desse atraso, resolveu-se finalmente um assunto pendente há mais de dez anos: a renegociação dos contratos das barragens da EDP.

De acordo com legislação de 2007, tornou-se imperativo clarificar o período dos novos contratos de concessão das barragens exploradas pela EDP. É no âmbito desse processo que a REN vai receber do Estado 466 milhões de euros para a ressarcir do défice tarifário. Este valor é-lhe garantido depois de ter chegado a um acordo tripartido com a EDP e o Instituto Nacional da Água (INAG) que foi fechado sexta-feira e formalizado sábado de manhã no Ministério do Ambiente.

O acordo prevê que a EDP pague ao Estado 759 milhões de euros pela extensão, pelo período médio de 20 anos, dos contratos de exploração das centrais hidroeléctricas, e é deste montante que é retirado o que é reclamado pela Rede Eléctrica Nacional. O valor de 759 milhões assumido pela EDP foi definido a partir de duas avaliações independentes, a cargo da Caixa Geral de Depósitos e do Crédit Suisse, encomendadas pelo Ministério da Economia.

Os valores eram conhecidos, sendo que a regularização de 466 milhões à REN constava dos pressupostos para a fixação das tarifas de electricidade para 2008.

Se o assunto não fosse rapidamente resolvido havia o perigo de a dívida entretanto acumulada, em juros e amortizações, poder vir a ser repercutida nas tarifas de electricidade. Assim, pelo contrário, o ministro da Economia, Manuel Pinho, pôde garantir que o acordo vai permitir que as tarifas da electricidade em Portugal aumentem menos de 1% ao ano nos próximos 10 anos.

Recorde-se que foi precisamente sobre este tema que se gerou uma das maiores polémicas à volta do Ministério da Economia. Foi quando o anterior presidente da ERSE, Jorge Vasconcelos, propôs um aumento de tarifas de 15,7%, para começar a regularizar o défice tarifário acumulado desde os anos em que o Governo subsidiou o preço da electricidade aos consumidores domésticos.

A necessidade de renegociar os contratos das centrais hidroeléctricas estava a ser adiado desde a legislação publicada por Mira Amaral, nos últimos meses do seu mandato como ministro da Indústria, em 1995. Desde então nenhum Governo foi capaz ou teve tempo de resolver a questão. **LB**

digo é que o negócio do transporte de electricidade é regulado e decorre ao abrigo das concessões de serviço público. E o Estado, que é o concedente, tem uma esfera directa de influência na forma como vigia o cumprimento da concessão e sobre a forma como o regulador independente conduz a regulação do sector.

Mas a segunda fase de privatização foi adiada...

Espero que o termo adequado seja “adiada”... porque os tempos estão a mudar e a Europa está a mudar, veja-se o exemplo da E.On, que vai ser um caso que vai marcar o terreno do futuro dos operadores no centro da Europa.

A acção da REN tem-se caracterizado pela sua estabilidade...

Porque se tem assumido como acção refúgio. Gostaria que ela fosse, no sentimento dos portugueses com recursos de poupança, a escolha para fazerem as suas aplicações.

Admite vir a pagar um dividendo intercalar?

Por enquanto não temos essa política de dividendo. Poderá vir a ser assumida, mas não este ano.

”

O plano de investimentos 2009-2014 vai estar associado a uma avaliação estratégica ambiental que pela primeira vez é feita.

Se enterrarmos as redes de muito alta tensão e os outros não, deixamos de ser competitivos.

Alemã E.On obrigada a vender rede

➔ A eléctrica alemã E.On decidiu no final de Fevereiro avançar com a venda da sua rede de distribuição de electricidade, depois de muita pressão por parte de Bruxelas. Em causa estava a acumulação numa só empresa do transporte e distribuição da electricidade que levou a acusações de abuso de posição dominante. O arranque da venda será, na opinião de José Penedos (ver entrevista), o tiro de partida para um movimento de internacionalização das empresas de transporte de energia, já que o activo da E.On vai atrair uma série de interessados. A Comissão Europeia, recorde-se, avançou recentemente com uma proposta de impor às empresas energéticas a separação patrimonial entre as actividades de produção e de gestão de redes, de forma a criar mais concorrência neste sector. A E.On já sublinhou que só venderá a rede a quem não tenha interesses na geração de electricidade e fornecimento.